

O Congresso, sem preparo para controlar a gastança?

Se o Congresso Nacional não se cercar de gente que entende de finanças, os parlamentares vão só assinar embaixo dos orçamentos das estatais e da Previdência Social — criados quarta-feira pela Constituinte — como já fazem com as contas da União. A opinião é consensual entre especialistas do setor, alguns, inclusive, com experiência no governo. Eles aguardam com expectativa as providências que virão depois da promulgação da nova Constituição, para que o Congresso controle, de fato e de direito, os gastos públicos. Todos consideram que os constituintes marcaram um ponto importante, mas acham que a vitória contra a gastança depende de outros dois fatores: preparo dos políticos e mudança nos critérios de elaboração dos orçamentos, tornando-os compreensíveis, inclusive tecnicamente.

Com a experiência de quem já ganhou algumas batalhas e perdeu muitas outras como titular da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Antoninho Marinho Trevisan aposta todas as suas esperanças no segundo tempo, ou seja, o que o Congresso vai fazer de efetivo para mudar as regras do jogo no controle dos gastos públicos. "Por enquanto não muda nada. Houve um ponto de partida importante, um avanço, sem dúvida, mas só isto não basta. Como o Congresso é despreparado, os orçamentos continuarão re-

presentando uma caixa-preta."

Mais otimista, o economista Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade Nacional de Brasília, vê na decisão dos constituintes o início de um processo de controle das finanças públicas, o que segundo ele não ocorre há 30 anos. A situação é tão caótica em termos de controle das contas públicas, diz ele, que nem os ministros têm conhecimento do que está ocorrendo. Na opinião de Munhoz, além de exercer um controle sobre os gastos, o Congresso dará condições também para que os contribuintes vejam de onde vêm as pressões por dinheiro.

"É claro, diz Munhoz, que os parlamentares precisarão se aparelhar para poder acompanhar o movimento das contas públicas, tanto das entradas quanto das saídas". O ex-titular da Secretaria do Tesouro, Andrea Calabbi, também raciocina de forma semelhante. "Eu considero que houve um grande avanço. Se o Congresso não tiver preparo, vai lutar para obter."

Mas existe também o risco de um descontrole ainda maior das contas se a participação do Congresso na administração das finanças públicas não acontecer de forma racional. Isto é o que pensa Eurique Ueda, professor de economia do setor público na Faculdade de Economia e Administração (FEA), da USP. O

que foi aprovado, segundo ele, representa uma faca de dois gumes. "Em cada orçamento está embutido um princípio de planejamento. Isso pode ser quebrado pelo Congresso, o que não significa que o Parlamento não deva ter maior responsabilidade no controle das contas públicas."

O grande nó a ser desatado pelos parlamentares, segundo os especialistas, é como forçar as empresas estatais a seguir critérios diferentes na elaboração dos orçamentos. Quando era titular da Sest, exemplifica Trevisan, tentou fazer com que essas empresas não fizessem apenas um controle mecânico da entrada e saída de dinheiro. "Implantamos um sistema chamado orçamento integrado, composto por um demonstrativo do fluxo de caixa, balanço patrimonial e demonstrativo de resultados (lucros e perdas). Mas tudo isso foi abandonado depois."

Para que o Congresso atue de forma competente, segundo Munhoz, terá que acompanhar todos os movimentos da economia, de forma global. "No caso das estatais, os parlamentares têm que ficar em cima da política de preços do governo e da distribuição de dividendos nessas empresas, senão não poderão opinar sobre a política de investimentos."

Maroni J. da Silva